

Em atenção ao Projeto de Lei nº 751/23, é imperativo destacar alguns pontos relevantes no que diz respeito ao comportamento animal e às responsabilidades atribuídas a estabelecimentos particulares, conhecidos como “hotéis”, “creches” e “day cares”.

Inicialmente, no que tange ao artigo 7º do mencionado Projeto, encontramos a seguinte redação:

“Art. 7º. Os animais em ‘espaço pet’ deverão contar com supervisão adequada e permanente de profissionais certificados em curso de comportamento animal, sendo ao menos um destes com titulação de cão de acompanhamento.”

É amplamente reconhecido que a maioria dos monitores em creches para cães carece da experiência necessária para o manejo adequado desses animais. Tal lacuna resulta em um aumento significativo no índice de incidentes, tanto entre os cães quanto em relação aos funcionários, o que pode acarretar consequências mais severas, especialmente no caso de cães com potencial para mordedura, como os de grande porte.

Nesse sentido, propomos a análise da possibilidade de alteração do texto legal de modo a expandir a obrigatoriedade de segurança nos espaços particulares. Para tanto, seria imprescindível a implementação de um treinamento básico em manejo de cães para os funcionários, o qual deve incluir, por exemplo, a utilização correta da guia, a leitura de sinais corporais e técnicas eficazes para a separação de brigas, devendo ser ministrado e certificado por um profissional qualificado na área de comportamento animal.